



**Reorganização Política na Primeira República:  
o Partido Republicano Federal da criação à cisão (Brasil, 1893-1897)**

Carina Martiny\*

**Resumo:** Este artigo trata do processo de construção da República no Brasil durante seus anos iniciais. Objetiva analisar a reorganização do sistema político-partidário ocorrida no período destacando a criação do Partido Republicano Federal (PRF), em 1893, e sua posterior cisão, em 1897. Analisa também a escolha do candidato do partido à eleição presidencial de 1898, demonstrando a falta de homogeneidade existente entre os republicanos dentro de um mesmo partido político. Coteja informações de diferentes trabalhos que tratam do PRF com aquelas encontradas em jornais, correspondências e relatos de contemporâneos a fim de conceder maior visibilidade à complexidade do processo político republicano em sua fase inicial.

**Palavras-chave:** Primeira República. Partido Republicano Federal. Organização política.

**Abstract:** This article deals with the Republic building process in Brazil during its early years. It aims to analyze the reorganization of the political party system in the period highlighting the creation of the Federal Republican Party (PRF) in 1893, and its subsequent spin-off in 1897. It also analyzes the party's choice of candidate for the presidential election of 1898, demonstrating the lack of homogeneity among Republicans existing within the same political party. Collates information from different works that deal with the PRF to those found in newspapers, correspondence and contemporary reports in order to give greater visibility to the complexity of the republican political process in its early stages.

**Keywords:** First Republic. Federal Republican Party. Political organization.

---

\* Mestre em História pela UNISINOS. Doutorando em História pela UFRGS. [carinamartiny@gmail.com](mailto:carinamartiny@gmail.com)



## Introdução

O presente artigo analisa o processo de criação e posterior cisão do Partido Republicano Federal (PRF) durante a primeira década da República no Brasil. Objetivando atentar à complexidade dos anos iniciais do novo regime instalado em 1889, propõe uma análise processual da política, ou seja, mais atenta ao processogenerativo que deu origem à organização partidária republicana após a proclamação.<sup>1</sup>

Em um primeiro momento, analisa a tentativa de criação de uma unidade partidária no Brasil, através da fundação do PRF, e as dificuldades encontradas para promovê-la. Em seguida, destacando a heterogeneidade de membros e de interesses, centra-se na cisão do partido, ocorrida em 1897, e na formação de duas parcialidades políticas opositoras que se enfrentaram na eleição presidencial de 1898. A consulta a jornais do período e a relatos de contemporâneos demonstrará a falta de unidade não somente entre os republicanos como também dentro de cada organização partidária surgida da cisão do PRF.

## A criação do PRF: a tentativa de construir uma unidade republicana

Há, na historiografia, uma carência de pesquisas específicas sobre o PRF. O único trabalho encontrado foi realizado por José Sebastião Witter (1987; 1999).<sup>2</sup> Entretanto, o partido é referido, com frequência, nos estudos sobre o período, especialmente quando se trata das sucessões presidenciais de 1893/94 e 1897/98.<sup>3</sup>

O PRF foi fundado em 1893, sob a liderança da bancada federal de São Paulo e com a participação de diversas lideranças estaduais. Conforme aponta Witter (1999), o partido começou a ser organizado em julho de 1893, quando uma reunião realizada a convite de Francisco Glicério e Aristides Lobo, reuniu diversos senadores e deputados. Segundo

---

<sup>1</sup>Esta proposta baseada na busca pelo processual, menos atenta aos resultados finais e mais aos processos que os originaram, é baseada nas proposições dos historiadores Marc Bloch (2001) e John Lewis Gaddis (2003), do antropólogo Fredrik Barth (2000) e de pressupostos a micro-história italiana, especialmente os tratados por Giovanni Levi (1992).

<sup>2</sup>Existem duas publicações de José Sebastião Witter sobre o PRF. Optamos por trabalhar com a publicação de 1999 por ser ela mais completa, dado que a de 1987 é uma versão reduzida.

<sup>3</sup>Referências ao PRF podem ser encontradas em Edgar Carone (1974), Maria do Carmo Campello de Souza (1982), Renato Lessa (1988), VamirehChacon (1998), Ana LuizaBackes (2004), Campos Sales (1983) e Cláudia Viscardi (2012).



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Vamireh Chacon (1998)<sup>4</sup>, cinco reuniões ocorreram até a aprovação do programa do partido em 30 de julho de 1893. As sugestões de nomes para o novo partido foram diversas: Partido Republicano Constitucional, Conservador, Construtor até, finalmente, definir-se pelo Federal.

Mas qual era o sentido da criação do PRF? Os partidos republicanos criados antes de 1889 tinham apenas conotações regionais. Chacon (1998) lembra que, em 1887, o Manifesto do Congresso Republicano Federal (ou Nacional) tentou, em vão, “unificar o movimento no Partido Republicano Brasileiro”. O estatuto previa que a direção do partido seria entregue a um Congresso Federal, “composto por dois delegados de cada província e dois pelo Município Neutro, o Rio de Janeiro capital, que deveria eleger o Conselho Federal integrado por cinco pessoas”(CHACON, 1998, p.57).

Entretanto, a ideia de unificação não vingou. Com a Proclamação da República, a consequente dissolução dos partidos monárquicos e a formação de novos partidos republicanos nos estados, a fórmula se repetia, como observou Alcindo Guanabara:

Ao invés dos dois grandes partidos nacionais, regendo uniformemente todos os departamentos administrativos do País, apareceram em cada um deles agremiações diversas, compostas de elementos colhidos indiferentemente nos seus remanescentes, pleitando ardentemente a posse do poder que, uma vez obtida, era defendida com ardor e intolerância que raiava pela ferocidade. A política federal ficou destarte sem unidade (GUANABARA, 2002, p. 18)<sup>5</sup>.

Segundo Guanabara, esta falta de unidade criou um sério problema ao governo central que, para garantir a governabilidade necessária em sua relação com o Congresso, “era obrigado a reagir, a ameaçar ou a lisonjear as facções que dominavam nos Estados para obter dos seus representantes do Poder Legislativo os elementos necessários para se manter” (GUANABARA, 2002, p. 18-19). Tratava-se de partidos estaduais que, em períodos de definição dos processos sucessórios nacionais, se articulavam em alianças a fim de definir o candidato à presidência.

É o que demonstrou Cláudia Viscardi (2012) analisando os processos sucessórios durante a Primeira República. Para a autora, as sucessões presidenciais “consistiam nos arranjos políticos mais importantes da Primeira República”, uma vez que, através “delas, é

<sup>4</sup>Originalmente publicado em 1981.

<sup>5</sup>Originalmente publicado em 1902.



possível perceber como se compunham e decompunham parcerias políticas entre as unidades federadas, tornadas autônomas, a partir da Constituição de 1891” (VISCARDI, 2012, p. 25). Assim, o surgimento do PRF, em 1893, contrastava com esse cenário político, buscando promover uma unidade nacional política em torno da sigla. Segundo Renato Lessa, tratava-se “da organização em 1893 do primeiro partido político, de caráter nacional, após a dissolução dos partidos monárquicos” (LESSA, 1988, p. 75).

Conforme José Witter (1999), diversos fatores concorreram para a formação de um partido de âmbito nacional em 1893, entre os se pode citar: a ameaça do parlamentarismo; a falta de coesão na Câmara dos Deputados e no Senado para constituir um núcleo político de sustentação do regime; a necessidade de consolidação das instituições republicanas; a situação crítica que passava o país desde o governo de Deodoro da Fonseca; o temor de um continuísmo florianista e a necessidade de conduzir as eleições presidenciais. É neste contexto que deve ser entendido o movimento, liderado em boa medida pelos paulistas, para a formação de um partido que, no âmbito nacional, pudesse consolidar a coesão e disciplina partidária.

Witter (1999) lembra também as dificuldades dos anos 1893 e 1894: os movimentos armados nos estados do Sul e a crescente ideia parlamentarista que se espalhava por todo o país configuraram-se como boas razões para a fundação de um partido com pretensões unitárias e defensor da República presidencialista.

De acordo com Lessa (1988), a fundação do PRF tinha dois objetivos básicos. O primeiro era “criar um grupo parlamentar majoritário para sustentar o governo” de Floriano Peixoto. O segundo objetivo, era preparar o processo sucessório, tanto às eleições presidenciais quanto legislativas (LESSA, 1988, p. 76). Já para Ana Luiza Backes, a fundação do PRF atendia a necessidade de reforçar o papel dos republicanos históricos no novo regime. Segundo ela, a criação do partido atendia à “percepção das elites de que, para governar, era necessário organizar uma base parlamentar sólida, sob o comando dos republicanos históricos” (BACKES, 2004, p. 70). Deste modo, a criação de um partido unitário fez-se congregando as mais distintas tendências políticas. Foi o que relatou Campos Sales:

O Partido Republicano Federal recebera das mãos dos seus organizadores uma bandeira tão ampla que podia abrigar à sombra os representantes de



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

todas as ideias, mesmo as mais contrapostas – os federalistas e os unitaristas, os presidencialistas e os parlamentaristas. As divergências no tocante à resolução dos problemas da administração igualmente não criavam incompatibilidades no mesmo acampamento, e sob a mesma bandeira podiam estar sem constrangimentos moral ou político, agrupados os adeptos de todos os processos, embora os mais contraditórios (SALES, [1908] 1983, p. 71-72).

Observação semelhante foi feita por Tavares de Lyra, para quem o PRF era “um partido de governo, que congregava em seu seio o situacionismo das diferentes unidades da Federação, entre cujos representantes se acotovelavam republicanos históricos e adesistas acomodaticios, presidencialistas e parlamentaristas, conservadores e reacionários...” (LYRA, 1944, p. 197). De modo mais específico, Witter (1999) sinaliza para a existência de três posições bem distintas no interior do partido: os radicais (florianistas), os reacionários (jacobinos) e os moderados, que tentavam se equilibrar entre as outras duas posições. O PRF era, assim, “*uma catedral aberta a todos os credos*”, segundo definição de Belisário de Souza (Apud, LYRA, 1944, p. 198).

Um pouco na contramão de todos os demais trabalhos que se referem à heterogeneidade da composição do PRF, Ana Luiza Backes define o PRF como a “união dos republicanos históricos”, destacando que o fato de ser “o partido da República”, conferia-lhe uma coesão que estava acima das diversas correntes que congregava (BACKES, 2004, p. 70).<sup>6</sup> De fato, o PRF tinha como base programática a defesa da Constituição, portanto, da República presidencialista, demarcando posição contra as correntes parlamentaristas que se alastravam pelo país.

A análise de Backes dá menos relevo à diversidade da composição do partido, visando reforçar seu argumento sobre a existência de um projeto nacional que se sobrepôs ao regionalismo e ao federalismo, tese por ela defendida. Entretanto, consideramos que a existência de um programa e/ou projeto comum não pode desfazer a imagem de um partido extremamente heterogêneo, que congregava as mais distintas correntes políticas.

Ao observarmos os dados apresentados por Witter (1999) com base na ata de fundação do PRF, percebe-se que a criação do partidoreuniu efetivamente todos os estados da Federação, com exceção de apenas um – o Rio Grande do Sul. Muitos dos signatários eram

---

<sup>6</sup>Grifos do autor.



grandes lideranças políticas em seus estados. Só para citar alguns: Lauro Sodré (Pará), Joaquim Murcinho (Mato Grosso), Lauro Müller (Santa Catarina), Torquato Moreira (Espírito Santo) e Francisco Glicério (São Paulo).

Sobre a ausência do Rio Grande do Sul, algumas considerações merecem ser feitas. Witter afirma que, assim como Pernambuco, o Rio Grande do Sul constituiu um “grupo bastante distinto dentro do partido” (WITTER, 1999, p. 110). A peculiaridade de Pernambuco, que havia participado da fundação do partido, estava no fato de que sua bancada, uma das mais ativas no Senado e na Câmara dos Deputados, por muitas vezes assumiu posição distinta da orientação partidária do PRF. Já o Rio Grande do Sul, era o único estado que não havia participado da fundação do PRF. Sobre isto, escreveu Witter:

Não se fizeram representar dentro do PRF. Entendemos que não houvesse condições para essa participação na vida partidária da República, no momento que nos ocupa, uma vez que era intensa a agitação no Sul e impossível, portanto, o comparecimento de políticos que se opunham ao governo, num partido que tinha apoio do próprio Presidente da República (WITTER, 1999, p. 110).

A explicação de Witter para a ausência do Rio Grande do Sul na criação do partido é bastante convincente. A criação do PRF coincide com a eclosão da guerra civil no estado, que opôs republicanos castilhistas a federalistas. Como já especificado antes, o PRF começou a ser organizado em julho de 1893. Em fevereiro daquele mesmo ano, portanto alguns meses antes, havia estourado a *Revolução Federalista*. Pinheiro Machado e Ramiro Barcellos, então senadores pelo Rio Grande do Sul, deixaram a capital federal para participar da guerra. Assim, faz sentido a ausência de sul-rio-grandenses nas fileiras do PRF neste momento inicial.

Cumprir ainda considerar que parece evidente a relação entre a fundação do partido e as eleições de 1894, dado que o partido foi fundado meses antes da realização da convenção que apontou Prudente de Moraes como sucessor de Floriano Peixoto. Portanto, a criação do PRF tinha clara intenção de coordenar o processo sucessório de Floriano Peixoto. A escolha conduzida pelo PRF do candidato à presidência rompia com as intenções do próprio presidente da República de manter-se no cargo e dava fim ao período de domínio militar. Para Witter, a escolha do candidato mobilizou diferentes correntes que se uniram no PRF:



“Estamos convencidos que não fosse a proximidade do término do período do governo de Floriano, dificilmente, em 1893, se teria conseguido reunir os políticos brasileiros para uma recomposição partidária” (WITTER, 1999, p. 35). Floriano opôs-se à candidatura de Prudente, mas acabou por aceitá-la, frente às pressões do PRF.

Sem adversários, os candidatos do PRF, Prudente de Moraes e Manuel Vitorino Pereira, como vice-presidente, acabaram eleitos em março de 1894.<sup>7</sup> A eleição de 1894 é a única classificada por Viscardi como “monopólica”, ou seja, “ocorreu no período em que nenhum outro estado ousava ameaçar a hegemonia paulista sobre a Federação” (VISCARDI, 2012, p.67). Acreditamos que concorreu também para este caráter monopólico o fato de que o PRF, que havia indicado o sucessor e que dominava o Legislativo, era um jovem partido, recém-fundado. Dominado pelo PRP e por Francisco Glicério, o PRF ainda não sofria as cisões que, no processo sucessório seguinte, o tornariam mais frágil e determinariam sua derrota nas eleições presidenciais. A força do PRF foi notada por Renato Lessa. Segundo este autor, logo que fundado, sob a direção de Glicério, o partido “passou a controlar a totalidade das bancadas estaduais no congresso” (LESSA, 1988, p. 76).

Entretanto, durante a nova legislatura, inaugurada em maio de 1895, a aparente unidade do partido desapareceu. O PRF, que havia sido responsável pela indicação de Prudente de Moraes para ser o sucessor de Floriano Peixoto, acabou por afastar-se do presidente. É o que constata Cláudia Viscardi ao afirmar que o período do governo de Prudente de Moraes, de 1894 a 1898, foi marcado “pela oposição entre antigos florianistas, reunidos em torno do PRF de Glicério, e anti-florianistas, capitaneados pela liderança de Prudente de Moraes” (VISCARDI, 2012, p. 73).

## **Republicanos divididos: a ruptura entre o PRF e o Catete**

O afastamento entre florianistas e o presidente ocorreu em função de diversas posições e ações políticas do novo governo. Entre algumas apontadas por Renato Lessa estão o rompimento com militares, a anistia concedida aos federalistas do Rio Grande do Sul e a

---

<sup>7</sup>Segundo Edgar Carone (1974, p. 131), Prudente de Moraes recebeu 290 883 votos e Manoel Vitorino 266 000 votos. Os dados apresentados pela Biblioteca da Presidência da República diferem um pouco: Prudente de Moraes teria sido eleito com 276.583 votos e o vice-presidente, Manuel Vitorino Monteiro, com 249.638 votos (Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/prudente-moraes>. Acesso em 12/02/2015).



nomeação do marechal Bitencourt, um paulista anti-florianista, para a pasta do Ministério da Guerra. Estes são alguns dos fatores que tornaram difíceis as relações entre PRF e Prudente de Moraes (LESSA, 1988, p. 77-78).

Em setembro de 1896, um republicano cuja identidade ainda não conseguimos identificar, escreveu do Rio de Janeiro ao chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Júlio de Castilhos. Entre os diversos assuntos tratados, apontava as dificuldades pelas quais passava já naquele ano o PRF. Segundo seu relato, Francisco Glicério iria “ao Norte trabalhar para reforçar o P.R.F., visto que por aqui se está dismantelando”. Na mesma carta, fazia referência à falta de unidade dos republicanos e questionava a liderança política exercida por Glicério:

Existe entre os velhos republicanos uma falta de censo comum, que espanta. Que podia lembrar-se de fazer o Xico chefe de um grande partido? Tem ele a respeitabilidade que corresponde a tal posição? – Não. Mil vezes não. Um trampolim político só se estiliza como instrumento e em certos casos.<sup>8</sup>

A divisão do partido tornou-se cada vez mais evidente, com reflexos inclusive no mais alto poder do país: o vice-presidente, Manoel Vitorino, passou a fazer frente ao presidente, cerrando fileira com os gliceristas. A oposição atingiu tal monta que foi, inclusive, marcada por um atentado contra o presidente em início de novembro de 1897, levando ao desterro de muitos senadores e deputados ligados ao PRF, condenados sob a acusação de participação no episódio.

O atentado contra o presidente Prudente de Moraes ocorreu a cinco de novembro de 1897, depois que havia retornado ao poder, após um período de afastamento por motivo de doença. Entre os acusados de tramar o assassinato do presidente estavam Francisco Glicério e o próprio vice-presidente, Manuel Vitorino, que, entretanto, não foram condenados.<sup>9</sup>

Se, no momento da formação do PRF, as contradições não impossibilitavam a formação do partido e acabaram sendo superadas com o objetivo de garantir o apoio necessário a Floriano e conduzir sua sucessão, ao longo da administração de Prudente de

<sup>8</sup> AHRGS, APJC, Série Correligionários, Sub-Série Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 36. Carta de [ilegível] a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 17 de set. de 1896. Grifo do autor.

<sup>9</sup> Sobre o atentado contra o presidente ver Lessa (1988, p. 85).



Moraes se mostraram insustentáveis, como ocorreu em relação às decisões do governo no tocante aos revoltosos do sul do país.

Buscando colocar fim ao conflito que opunha federalistas e castilhistas no Rio Grande do Sul (trata-se da *Revolução Federalista*), o governo propôs a anistia aos revoltosos. Segundo Campos Sales, esta era a única via para assegurar as instituições republicanas. Em seus escritos tratando do assunto, argumentou que “a normalidade na administração da República dependia fundamentalmente da pacificação daquela região do país, onde, [...], perdurava a guerra civil, cuja ação reflexa se fazia naturalmente sentir por toda a parte, ameaçando a ordem interna” (SALES, 1983, p. 69)<sup>10</sup>.

Entretanto, uma importante ala do PRF, comandada por Glicério, colocou-se contra a concessão da anistia. Segundo relato de Campos Sales, ao anunciar na tribuna do Senado que apresentaria um projeto de pacificação do Sul, a “declaração foi mal recebida nos círculos dos intransigentes e o Sr. Glicério apressou-se em ir ao Itamaraty”. O presidente, Prudente de Moraes, que antes havia aprovado o projeto de Campos Sales, depois do encontro com Glicério orientava: “Convém que o meu nome seja afastado das discussões – nas duas casas do Congresso: por isso, o vosso projeto não deve aparecer com a responsabilidade do governo” (SALES, 1983, p. 70). Diante do ocorrido, Sales concluiu: “É evidente que a conferência com o chefe do Partido Republicano Federal operou uma profunda transformação no espírito do presidente” (SALES, 1983, p. 71).

O processo que levou ao rompimento entre partido e governo recebeu a atenção de muitos autores e as explicações são múltiplas. Além da questão da Federalista, no Rio Grande do Sul, foram citadas a heterogeneidade dos membros do partido; a incompatibilidade entre os líderes Francisco Glicério e Prudente de Moraes; e uma série de episódios que levaram ao rompimento definitivo com a questão do requerimento de J. J. Seabra.

O episódio relacionado ao requerimento de J. J. Seabra ocorreu em 28 de maio de 1897. Frente a uma nova ameaça de invasão do Rio Grande do Sul por federalistas, o governo federal ordenou a remessa de armas e munições que existiam na Escola Militar para garantir a defesa do governo estadual. Frente a tal decisão, os alunos da Escola se rebelaram. O governo

---

<sup>10</sup>Originalmente publicado em 1908.



reprimiu os revoltosos, que foram desligados da Escola e enviados a diversos corpos do Exército no Sul e no Norte.

Na sessão da Câmara de 28 de maio J. J. Seabra – que havia sido opositor do governo Floriano Peixoto – apresentou requerimento que visava congratular o presidente Prudente de Moares por ter mantido a ordem pública no episódio. Neste ínterim, lembramos que a Escola Militar era em grande medida florianista. Francisco Glicério assumiu posição contrária ao requerimento que, em votação, acabou sendo rejeitado. Tendo Glicério vencido na Câmara, uma *vária* publicada no *Jornal do Comércio*, “ao que tudo indica por orientação do Catete”, afirmava que a opinião de Glicério não representava nem a política de parte do Congresso, nem a do Presidente da República (WITTER, 1999, p. 120). Estava decretada a cisão do PRF. Dias depois, concorrendo para a presidência da Câmara, Glicério foi derrotado.

Foi assim que, em 1897, menos de quatro anos depois de sua fundação, o PRF cindiu-se em dois grupos bastante distintos. De um lado os *prudentistas*, também denominados *republicanos*, que romperam com o partido e assumiram uma postura anti-florianista. Passaram a designar-se Partido Republicano, sem o designativo “Federal”. De outro lado, ainda se mantendo ligados ao PRF, os *gliceristas*, também denominados *concentrados*.

O uso dos termos *gliceristase prudentistas* para designar os dois grupos que se originaram da cisão do PRF em 1897 é corrente na historiografia. Os termos fazem referência direta aos nomes das lideranças de cada um destes grupos, respectivamente, Francisco Glicério e Prudente de Moraes. Neste trabalho, adotamos o uso de tais termos com a ressalva de não pressupor qualquer tipo de homogeneidade. Quer-se afirmar com isso, por exemplo, que dentre os *gliceristas* havia políticos que assumiam postura mais distante do líder Francisco Glicério. O mesmo pode ser observado em relação aos *prudentistas*.

Mais recorrente entre os contemporâneos, porém, são as designações *republicanos* e *concentrados*. Campos Sales, em 1908, faz referência aos dois grupos utilizando-se destas designações (SALES, 1983, p. 125). Há, entretanto, na historiografia, um desacordo acerca de quem eram os *concentrados* e quem eram os *republicanos*. Para Edgar Carone, “A cisão definitiva faz com que o Partido Republicano Federal se divida em ala majoritária, chamada de *Concentração*, pró-Prudente e com maioria no Congresso; e minoritária, de gliceristas, chamados de *Republicanos*, que continuam dirigindo o partido” (CARONE, 1974, p. 162).



Com base em Carone, diversos outros autores reproduziram a relação Concentração-prudentistas e Republicanos-gliceristas.

Entretanto, outro grupo de autores apresenta uma relação inversa. Os *concentrados* eram os *gliceristas* e os *republicanos* eram os *prudentistas*. É a relação que faz Maria do Carmo Campello Souza (1982)<sup>11</sup> e que é seguida por outros autores, como Renato Lessa (1988) e Ana Luiza Backes (2004). Afirma Souza:

O Congresso se organizava *grosso modo* em dois grupos: Concentrados e Republicanos, divisões do antigo Partido Republicano Federal. Os primeiros ligavam-se à linha 'jacobina', basicamente sustentada pelas representações do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. O segundo grupo era vinculado ao presidente da República, formado de modo geral pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Rio de Janeiro e a maioria paulista (SOUZA, 1982, p. 181).

Se o desencontro de informações dos autores deixava dúvidas, foi uma carta escrita por Aurelino Leal a Júlio de Castilhos, a 19 de abril de 1900, que nos auxiliou a esclarecer quem eram os *republicanos* e quem eram os *concentrados*. Aurelino, sobre quem não encontramos mais informações, narrava em sua carta as dificuldades que tinha como “candidato a um lugar na Câmara Federal, pelo terceiro distrito da Bahia” por pertencer “à política baiana e ativa da Concentração, que tem o fim supremamente invejável de salvar a República da garra dos que a tem traído”. Segundo Aurelino, era também “inimigo pessoal do fatídico governador de meu pobre Estado”. Por ser da oposição, temia não obter o reconhecimento de sua deputação caso fosse eleito.<sup>12</sup>

Neste período governava a Bahia Severino Vieira que, após a cisão do PRF, aderiu à ala *prudentista*.<sup>13</sup> Aurelino, assim, nos ajudou a resolver o problema da nomenclatura dos grupos. Se pertencia à *Concentração* e era adversário de Vieira, um prudentista, resta concluirmos que os *gliceristas* eram os *concentrados* e, os *prudentistas*, os *republicanos*.

<sup>11</sup>Originalmente publicado em 1968.

<sup>12</sup> AHRGS, APJC, Série Correligionários, Sub-Série Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 40. Carta de Aurelino Leal a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1900.

<sup>13</sup>A adesão de Severino Vieira à ala dos prudentistas pode ser apontada a partir da constatação de sua participação na convenção prudentista de 1897 que escolheu como candidato à presidência da República Campos Sales. Ver Biblioteca Nacional Digital (BND). *O Paiz*. Rio de Janeiro, 11/out./1897, n. 4756.



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

A divisão existente entre *republicanos* e *concentrados*, criada pela cisão no PRF em 1897, teve reflexos também na política estadual. Tomemos como ponto de análise o caso do Rio Grande do Sul. Como já apontamos anteriormente, o estado não tomou parte na fundação do PRF em 1893 e também não participou do processo sucessório de Floriano Peixoto, que resultou na escolha da candidatura de Prudente de Moraes.<sup>14</sup> Entretanto, em 1897, momento da cisão do PRF, observa-se uma tomada de posição do PRR e de suas principais lideranças ao lado dos *gliceristas*. Na convenção do PRF realizada em 1897 para escolha do candidato de oposição à presidência, os sul-rio-grandenses Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Vitorino Monteiro foram protagonistas, o primeiro aparecendo como possível candidato do partido à presidência da República e, os outros dois, no papel de delegados representantes do estado.

A mesma questão – a concessão da anistia aos revoltosos federalistas do Rio Grande do Sul – que havia indisposto Prudente de Moraes e Francisco Glicério, se tornando uma das causas para a cisão do PRF, pode explicar a adesão de Castilhos e outras lideranças do PRR ao grupo dos *gliceristas* em 1897, e sua indisposição em relação aos *prudentistas*. A lei da anistia, aprovada em 21 de outubro de 1895, parece ter sido determinante para que os castilhistas, em 1897, aderissem à Concentração.<sup>15</sup> Na narrativa de Carone sobre o acordo de paz fica evidenciado o posicionamento mais próximo entre Francisco Glicério e os castilhistas, contrários ao acordo:

No dia 9 de julho de 1895 realiza-se o encontro, em Pelotas, onde são discutidas as condições de paz [...]. A proposta é imediatamente enviada para o governo (sic), que procura sondar a opinião de políticos em evidência e do Ministério. Campos Sales, Manuel Vitorino, Leopoldo de Bulhões, Ubaldino do Amaral e muitos outros são unânimes em aceitar o protocolo do acordo, [...]; porém, dois grandes nomes situacionistas discordam: Francisco Glicério e Quintino Bocaiúva acham que a paz é um acinte à política do Marechal Floriano Peixoto e defendem a rendição incondicional dos rebeldes. Esta posição, que prenuncia a futura cisão do Partido Republicano Federal, é a mesma que a de Pinheiro Machado, representante oficial do castilhismo (CARONE, 1974, p. 144).

<sup>14</sup>Segundo Raymundo Faoro, na convenção de 1893 estiveram ausentes “algumas ‘brigadas’, entre as quais as de Minas Gerais, Estado do Rio e Rio Grande do Sul” (FAORO, 1998, p. 555).

<sup>15</sup>Sobre as discussões em torno da paz selada com os federalistas e a anistia ver Carone (1974, p. 144-145) e Sales (1983, p. 69-72).



Ao que parece, o posicionamento assumido pelos castilhistas junto à Concentração era mais anti-prudentista do que uma convicção política favorável aos gliceristas. Não é a toa que, depois das eleições de 1898, houve uma clara aproximação entre os castilhistas e o governo de Campos Sales. Deve-se, entretanto, tomar o cuidado de não reduzir a participação política estadual ao grupo majoritário ou àquele que ocupava o poder estadual.

Se feito isso, diríamos que o Rio Grande do Sul, no momento da cisão do PRF, colocou-se ao lado dos *gliceristas*. Tal afirmação incorre em simplificação e não dá visibilidade ao fato de que os prudentistas também contaram com o apoio de republicanos sul-rio-grandenses. A dissidência republicana, contrária aos castilhistas, aderiu, no momento da cisão, à ala dos *prudentistas*. Assim, na convenção governista de outubro de 1897 que escolheu Campos Sales como candidato, representando o Rio Grande do Sul, estiveram presentes Antão de Faria e Pedro Moacyr. Ambos eram antigos membros do PRR que haviam rompido com Castilhos.<sup>16</sup> É preciso, portanto, levar em conta as divisões partidárias existentes a nível estadual. Como vemos, em relação a questões de âmbito nacional, cada parcialidade política estadual podia assumir posicionamentos distintos.

A cisão ocorrida no PRF em 1897 teve reflexos na eleição presidencial do ano seguinte. Os dois grupos – *gliceristas* e *prudentistas* – apresentaram candidatos à presidência da República. Os republicanos prudentistas, na condição de situação governista, acabaram por vencer o pleito. Entretanto, o processo de escolha dos candidatos presidenciais de cada parcialidade revela que, mesmo depois da cisão, cada grupo ainda teria de enfrentar as disputas ocasionadas pela característica composição heterogênea dos partidos.

## **A eleição de 1898: o PRF como oposição**

---

<sup>16</sup>Antão de Faria, como membro do PRR, ocupou importantes postos na política nacional. Logo depois da Proclamação da República, foi nomeado superintendente de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, durante o governo de José Antônio Correia da Câmara. Foi também deputado constituinte em 1891, Ministro da Agricultura, Viação e Obras Públicas e Ministro da Fazenda durante o governo Floriano Peixoto. Quando da Revolução Federalista (1893-1895) aderiu à dissidência republicana, alinhando-se aos federalistas. Vero verbete FARIA, Antão Gonçalves no Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) (MELO, [sem data]). Pedro Moacyr chegou a ser redator chefe do jornal A Federação do PRR entre 1892 e 1894, tendo sido também, deputado estadual e federal eleito pelo PRR. Em 1896, entretanto, rompeu com Castilhos. Portanto, quando das convenções ocorridas em 1897, Moacyr já era um dissidente republicano. Depois de deixar o PRR, aderiu ao Partido Federalista, pelo qual foi também eleito deputado federal em 1896. Ver o verbete MOACYR, Pedro no Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) (LOPES, [sem data]).



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

A ruptura entre o PRF, liderado por Glicério, e os prudentistas, fez-se sentir, com mais peso, nas eleições presidenciais de 1898, que contou com duas candidaturas, uma ligada à situação, indicada pelo Catete, e outra de oposição, proposta pelos gliceristas. Cada parcialidade política havia definido seu candidato em convenções realizadas em outubro do ano anterior, em 1897. Assim, enquanto na convenção realizada a 10 de outubro de 1897, o Partido Republicano governista apresentava Campos Sales como candidato à presidência, o Partido Republicano Federal havia decidido, alguns dias antes, a seis de outubro, em convenção do partido, pela candidatura de Lauro Sodré.<sup>17</sup>

A escolha de Campos Sales parece ter ocorrido sem grandes discussões. Fazia parte do denominado grupo de *republicanos históricos*, não sendo figura nova no cenário político da República. Como aponta Celso Castro (1995), ele teve participação direta na articulação do golpe que pôs fim à monarquia. Uma vez proclamado o novo regime, fez parte do governo provisório instalado por Deodoro da Fonseca, estando à frente do Ministério da Justiça (de 1889 a 1891). Na época em que foi proposta sua candidatura à presidência, em 1897, era presidente do estado de São Paulo. Segundo Guanabara, Sales “era dos republicanos tradicionais, o que, tendo maior soma de responsabilidades na República, mais afastado se conservara do Partido Republicano Federal” (GUANABARA, 2002, p. 29). Assim, mesmo não sendo o candidato da preferência de Prudente de Moraes, poucos argumentos possuía o presidente para se contrapor a sua candidatura..

Diferentemente da escolha do candidato governista, a definição do candidato do PRF opositor foi bem mais complicada, revelando que, para além da oposição criada entre *gliceristas* e *prudentistas*, dentro de cada parcialidade existiam opiniões divergentes que não seriam facilmente superadas. Na reunião prévia dos *gliceristas*, ocorrida um dia antes da convenção oficial, os delegados estaduais participantes dividiram-se na preferência do nome que o partido deveria apresentar como candidato à presidência.

---

<sup>17</sup> Nascido no Pará, Lauro Nina Sodré saiu de seu estado natal para estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, entre 1876-1884. Assim como tantos outros militares da Escola, Sodré foi ativo participante das questões que, durante a década de 1880, indispueram um grupo de militares com o governo imperial. Tornou-se adepto do republicanismo, participando da criação do Clube Republicano no Pará em 1886 e dos episódios que conduziram ao golpe militar em 15 de novembro de 1889 (CASTRO, 1995, p. 81). Durante a década de 1890 tornou-se um grande florianista, tendo sido o único presidente de estado a colocar-se contra o golpe de estado perpetuado por Deodoro da Fonseca em 1891.



A *Gazeta de Notícias*, jornal que circulava na capital federal, noticiou a realização não somente da Convenção *glicerista* como também da reunião prévia realizada no dia anterior.<sup>18</sup> Na narração dos fatos realizada pelo jornal foram evidenciados os enfrentamentos ocorridos entre grupos defensores de diferentes candidaturas dentro do partido. Segundo a *Gazeta*, na reunião prévia do partido ocorrida no dia cinco de outubro, os 39 delegados, representantes estaduais, definiram o nome do candidato que seria levado à convenção no dia seguinte. Foram realizados três escrutínios, uma vez que três nomes figuraram como preferência dos delegados, sendo eles: Lauro Sodré, Quintino Bocaiúva e Júlio Prates de Castilhos.

No primeiro escrutínio, os três candidatos empataram, cada qual com 13 votos. No segundo, Sodré e Castilhos foram os mais votados, com 14 e 13 votos, respectivamente, sendo que Quintino Bocaiúva recebeu 12 votos. Por fim, o terceiro escrutínio, entre Sodré e Castilhos, decidiu pelo primeiro como candidato com 26 votos contra 13 a favor de Castilhos. Como se percebe, não houve qualquer unanimidade em torno do nome de Sodré.

Na convenção, realizada um dia depois, novas evidências da falta de unidade entre os *gliceristas*. Segundo a *Gazeta*, antes da votação, Glicério fez um longo discurso dirigido a seus colegas delegados. Ao final, diferentes grupos se manifestaram: “As últimas palavras do orador foram abafadas por uma salva de palmas e gritos de ‘vivas a Lauro Sodré!’ interrompidos por outros gritos de um grupo que dava vivas a Júlio de Castilhos”. Segundo o jornal, encerrada a votação, os enfrentamentos continuaram: “O grupo castilhista então prorrompe em gritos, alguns insultuosos, chamando os convencionais de traidores”. As agressões marcaram o evento: “Encerrada a sessão no meio do maior entusiasmo, cá fora, no terreiro do senado o grupo esperava o chefe do partido oposicionista e agrediu-o quando ele tomava o carro”.<sup>19</sup>

Deve-se considerar que o jornal era, naquele momento, favorável ao grupo situacionista, ligado ao Catete. Assim, na narração dos fatos da Convenção, destacou e pormenorizou os embates no interior do grupo dos republicanos do PRF. Relato parecido ao vinculado no periódico foi feito por Campos Sales. Sobre a Convenção do PRF, Sales narra:

---

<sup>18</sup>Ver Biblioteca Nacional Digital (BND). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 6\out.\1897, n. 279; e *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 7\out.\1897, n. 280.

<sup>19</sup>Biblioteca Nacional Digital (BND). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 07\out\1897, n. 280, p. 2.



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Segundo a narração dos que testemunharam o fato, ao entrar o Sr. Glicério na sala das sessões, romperam das galerias, repletas de assistentes, ruidosas manifestações de desagrado à sua pessoa, ao que ele respondeu levantando vivas à República, ao Exército e ao general Artur Oscar. As mesmas manifestações reproduziram-se mais estrepitosas e ameaçadoras quando ele anunciou o resultado do escrutínio. Fora do recinto, ao retirarem-se os convencionais, redobraram as vaias, chegando mesmo alguns dos mais exaltados a se dirigir, aos gritos de “Mata! Mata!”, a um carro em que se supunha estar o chefe do Partido Republicano Federal. Tal era no seio deste partido a exaltação produzida pela escolha dos candidatos à presidência da República (SALES, 1983, p. 74).

Certamente devemos levar em conta que Sales está tratando da escolha de seu opositor nas referidas eleições. Além do mais, nunca havia assumido posição muito próxima do PRF, recusando a se submeter a sua disciplina partidária. Ainda assim, é preciso considerar haver uma convergência entre o relato de Sales e o noticiado pela *Gazeta de Notícias*. São estes relatos que nos permitem acessar a complexidade das relações políticas do período.

A maior parte dos trabalhos que fazem referência ao PRF simplesmente apontam que as eleições, realizadas em 1898, constituíram o último suspiro do partido, ao apresentar um candidato opositor à candidatura dos republicanos legalistas. A candidatura de Lauro Sodré teria significado a cartada final do PRF opositor. À pequena votação alcançada por Sodré no pleito de 1898, seguiu o desaparecimento do partido. Glicério não conseguiu sustentar sua liderança no Congresso. A própria postura do novo presidente, Campos Sales, que se mantinha afastado de qualquer compromisso partidário, ajudou a desagregar ainda mais o partido. Não tendo sua reeleição para a legislatura de 1900-1902 reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados, o “general das 21 brigadas”, como era conhecido Glicério, a grande liderança do PRF, afastou-se da política, retornando somente em 1902, eleito Senador.<sup>20</sup>

Note-se ainda, em relação à historiografia, o grande peso que é dado ao processo de fundação do partido e a sua cisão e, em contrapartida, o grande silêncio em relação à postura dos gliceristas após o rompimento em 1897. Há um silêncio historiográfico acerca da própria

---

<sup>20</sup>Francisco Glicério era conhecido como o “general das 21 brigadas” porque, como líder do PRF, controlava “a totalidade das bancadas estaduais no congresso” (LESSA, 1988, p. 76).



escolha de Sodré como candidato. Normalmente é apresentada a ideia de que o PRF selou suas apostas de forma unânime em Sodré.

É o que ocorre, por exemplo, na análise apresentada por Witter (1999), que minimiza o valor político da convenção do PRF de 1897. Afirma o autor que “Houve mais uma convenção, mas sem qualquer repercussão que pudesse lembrar aquelas de 1893 e 1894” (WITTER, 1999, p. 126). Sobre a sucessão de Prudente ainda afirma que “Não havia mais um partido relativamente organizado para assumir a liderança da campanha sucessória, como acontecera em 1893. Ainda assim, aquilo que restara do Partido Republicano Federal buscava congregar forças em torno do nome de Lauro Sodré” (WITTER, 1999, p. 129-130).

Assim, ao atentar para as informações sobre a reunião prévia e a convenção dos gliceristas, podemos compreender melhor a reorganização política ocorrida após a cisão do PRF e identificar a existência de grupos e interesses distintos mesmo dentro de cada parcialidade formada.

## **Considerações Finais**

O surgimento do PRF, em 1893, evidencia a tentativa de criação de uma unidade capaz de congregar republicanos das mais diversas tendências. Era esta uma maneira de garantir o apoio necessário ao governo republicano recém-constituído. Se, inicialmente, os intentos pareciam ter sido alcançados, como sugere o apoio à candidatura de Prudente de Moraes, pouco perduraram. Afinal, durante o próprio governo Prudente, em 1897, o PRF sofreu uma cisão que deu origem a duas parcialidades políticas distintas: os *prudentistas* e os *gliceristas*. Esta cisão teve reflexos na eleição presidencial seguinte, em 1898, que contou com dois candidatos, cada um representando um dos grupos políticos surgidos da desagregação do partido.

Tanto a reunião prévia quanto a convenção de escolha do candidato presidencial realizada pelos gliceristas, em 1897, demonstram a inexistência de unidade interna ao grupo, mesmo após a cisão. Aponta-se, assim, a necessidade de compreensão da organização político-partidária neste período inicial da República brasileira considerando a heterogeneidade não somente ideológica, mas também de interesses que estavam presentes dentro de um mesmo partido.



### Fontes Documentais

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRG. Arquivo Particular Júlio de Castilhos (APJC), Série Correligionários, Subsérie Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 36. Carta de [ilegível] a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 17 de set. de 1896.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRG. Arquivo Particular Júlio de Castilhos (APJC), Série Correligionários, Subsérie Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 40. Carta de Aurelino Leal a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1900.

Biblioteca Nacional Digital (BND). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 6/out./1897, n. 279. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730\\_03&pasta=ano%20189&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=), acesso em 24/07/2015.

Biblioteca Nacional Digital (BND). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 7/out./1897, n. 280. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730\\_03&pasta=ano%20189&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=), acesso em 24/07/2015.

Biblioteca Nacional Digital (BND). *O Paiz*. Rio de Janeiro, 11/out./1897, n. 4756. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691\\_02&pasta=ano%20189&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=), acesso em 24/07/2015.

### Referências Bibliográficas

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana**: repensando o Pacto Campos Sales. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2004.

BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 167-186.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Originalmente publicado em 1949.

CARONE, Edgar. **A República Velha** (evolução política). São Paulo: DIFEL, 1974.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Originalmente publicado em 1981.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. v. 2. Originalmente publicado em 1957.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Brasília: Senado Federal, 2002. Originalmente publicado em 1902.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: IUPERJ, 1988.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161.

LOPES, Raimundo Hélio. Verbetes MOACIR, Pedro. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. FGV\CPDOC. [sem data]. Disponível: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOACIR,%20Pedro.doc.pdf>, acesso em 20/05/2015.

LYRA, A. Tavares. A cisão do Partido Republicano Federal em 1897: um documento inédito (palestras). *Revista do IHGB*, v. 184, p. 195-206, jul./set. 1944.

MELO, Demian de. Verbetes FARIA, Antônio Gonçalves de. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. FGV\CPDOC. [sem data]. Disponível: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/FARIA,%20Ant%C3%A3o%20Gon%C3%A7alves%20de.pdf>, acesso em 20/05/2015.

SALES, Campos. **Da Propaganda à República**. Brasília: Editora da UnB, 1983. Originalmente publicado em 1908.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 13. ed. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 162-226. Originalmente publicado em 1968.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WITTER, José Sebastião. **Partido Republicano Federal (1893-1897)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.



# Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

WITTER, José Sebastião. **República, política e partido: o PRF e a política dos governadores.** Bauru: EDUSP, 1999.

*Artigo recebido em 24 de julho de 2015.*

*Aprovado em 04 de outubro de 2015.*